

# A CRÔNICA DE JOSÉ SARAMAGO: VOZ CONTRÁRIA A UM SEMEAR DE PALAVRAS CARUNCHADAS

Saulo Gomes Thimóteo (UFFS/USP)<sup>1</sup>

***Resumo:** Nas crônicas do escritor português José Saramago, há uma tentativa de compreender o mundo por meio da palavra. Funcionando como ponte de interpretação entre o leitor e os discursos sociais e políticos, o cronista deslinda as ditas estruturas, para encontrar as mensagens subterrâneas apenas sugeridas. Assim, tomando como exemplo a crônica “O eufemismo como política”, vai-se observar a forma saramaguiana de análise retórica, visando à tomada de consciência e de uma leitura crítica.*

***Palavras-chave:** José Saramago; crônica; retórica; política.*

“Será porventura o estilo que hoje se usa nos púlpitos?  
Um estilo tão empecado, um estilo tão dificultoso,  
um estilo tão afetado, um estilo tão encontrado a toda a arte  
e a toda a natureza? Boa razão é também esta”  
(Antônio Vieira)

“Que seria do Mundo Retórico, se todos os homens um dia abrissem os olhos?”  
(Luís António Verney)

José Saramago constituiu-se como escritor de maneira progressiva e constante. Se o reconhecimento viria com os romances a partir de *Levantado do chão* (1980) e *Memorial do convento* (1982), a carreira literária possuiria um período de formação, no qual se poderiam visualizar os romances prévios, poemas e, sobretudo, as crônicas. É nesse gênero, aliás, que se consolida a experiência como prosador, através do respectivo espaço no meio jornalístico durante os últimos anos do Estado Novo e no ano do Processo Revolucionário em Curso - PREC (1968-1975). Há no romancista

---

<sup>1</sup> Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Realeza/PR. Doutorando em Literatura Portuguesa pela Universidade de São Paulo. Mestre. E-mail: [sthimoteo@gmail.com](mailto:sthimoteo@gmail.com).

futuro um constante questionamento da ideologia imperante, nos postulados de discursos humanos, políticos, religiosos, e históricos. Tanto o narrador (com ares de ensaísta) quanto os personagens tornam-se possuidores de uma voz e de uma consciência em busca de expressar-se e compreender, por meio das contestações, o mundo em múltipla significação. O cronista, assim, torna-se ele mesmo personagem, ou *persona*, intentando as próprias descobertas.

O autor-Saramago capta os instantes e impressões cotidianas e transforma-as em mote para um comentário. Usando uma máscara como cronista-Saramago, mescla as próprias experiências (a infância no campo, o posicionamento social do intelectual adulto) com o amplo lastro que o gênero da crônica permite: podendo assumir tons líricos, retóricos e até mesmo ficcionais. O que se pode perceber, nos quatro livros de coletâneas de crônicas<sup>2</sup>, é um escritor que se estabelece como partícipe do contexto histórico português e constante incentivador de que o leitor também se descubra como peça integrante dessa coletividade.

Nos dois primeiros livros, nota-se um envolvimento mais literário, no sentido de permitir-se usar o gênero crônica em vertentes mais subjetivas, construindo-se poemas em prosa, fábulas, textos memorialísticos. Em relação aos dois livros restantes (1974 e 1976), reúnem-se crônicas políticas, tendo-se em evidência o exercício da retórica. Dadas as proporções, podem-se associar aos sermões do padre António Vieira, pelo jogo conceptista estabelecido na dissecação quase visceral de um argumento, de uma ideia, de um pronunciamento político. Essa análise microscópica que o cronista propõe encontraria, também, ecos em estilo futuro. Como o próprio autor salientou, em postagem do “Caderno”, sobre a língua escrita por Vieira: “A língua então era um fluxo ininterrupto. Admitindo que possamos compará-la a um rio, sentimos que é como uma grande massa de água que desliza com peso, com brilho, com ritmo” (Saramago 2009). E é isso que o cronista realiza, ou intenta, nos escritos políticos: tornar a interpretação do cenário português e mundial algo que possua relevância, iluminação e cadência. Ainda que, por vezes, a visão particularizada de nacionalismo possa prejudicar uma roupagem imparcial, que se poderia associar à imprensa, Saramago quer apresentar uma opinião própria, e defendê-la de modo a convencer (mas não impor) o leitor dessa visão.

Logicamente que há lances literários nas crônicas políticas, assim como há grande carga política na visão literária saramaguiana. É na interação entre estas duas abordagens complementares que, conforme Antonio Gramsci pauta em *Literatura e vida nacional* (1968), percebe-se que o artista literário “deve possuir imagens ‘fixadas’ e articuladas em sua forma definitiva”, ao passo que o político “imagina o homem como ele é e, ao mesmo tempo, como deveria ser a fim de alcançar um determinado fim” (Gramsci 1968: 13). Assim sendo, o cronista José Saramago também transitará entre os dois pontos: a captação de instantes e cenas, bem como de questionamentos sobre o presente e futuro do homem e da sociedade. Mas, deixando de lado a veia lírica e a poesia do cotidiano, o cronista encontra-se mais preocupado em analisar os rumos da política de Portugal, exercitando uma linguagem mais irônica (elemento

<sup>2</sup> *Deste mundo e do outro* (1ª edição - 1971), *A bagagem do viajante* (1ª edição - 1973), *As opiniões que o DL teve* (1ª edição - 1974) e *Os apontamentos* (1ª edição - 1976), os dois últimos publicados posteriormente em conjunto no volume *Os apontamentos* (1ª edição - 1990). No Brasil, apenas o segundo foi publicado, em 1996.

que ecoaria no escritor futuro), que pinça as falas e ações dos governantes e as põem ao microscópio.

O que se observa dos últimos anos do Estado Novo é uma contradição mesmo entre os termos que nortearam a política de Marcelo Caetano. Tendo como tema “continuidade e renovação”, o governo procurava acalmar os ânimos de todas as partes. Aos conservadores, a *continuidade* serviria para não conferir abertura a ameaças ao regime; à porção mais liberal, defendia-se a *renovação* para fazer-se, após a despedida de Salazar do cenário político, uma política inovadora, corajosa e ousada (Saraiva 1993: 543). E é tendo em vista estes dois elementos opostos em pretensa junção, que a produção cronística de Saramago nos jornais *Diário de Lisboa* e *Diário de Notícias* vem para combater os eufemismos e desvios que se tornaram a política habitual do governo. Como tentativas de indagação diante da sociedade, as crônicas políticas saramaguianas querem-se representantes de uma coletividade maior, que analise os acontecimentos sociais e revele-os; produzindo, assim, reconhecimento mais nítido (ou, pelo menos, por outro viés) das esferas sociais.

Em crônica não datada (talvez pela censura não permitir a publicação), intitulada oportunamente “O eufemismo como política”, e publicada no livro *Os apontamentos* (1990), o autor conceitua esta figura de linguagem e apresenta a aplicação nos discursos que observa: “O eufemismo é aquela figura de retórica que consiste em abrandar pela expressão a crueza de certas idéias ou de certos factos, e que chega mesmo, com a antífrase, ao ponto de empregar uma palavra ou uma locução num sentido contrário à sua significação real.” (Saramago 1990: 46) Relacionando-o com a “ação por desvendamento” sartriana (cf. Sartre 1989: 20), o próprio autor quer-se desvendado, procura inserir seus posicionamentos no turbilhão histórico, busca tornar-se voz atuante no processo, aplicando na sociedade o conhecimento adquirido em leituras e práticas. E Ao usar da retórica, o cronista político vai construindo, à maneira de Vieira, o argumento a ser defendido. Após o exórdio, a introdução ao assunto, a crônica principia a guiar o leitor pela ideia apresentada:

Esta definição, evidentemente de fonte dicionarística, funcionará como roteiro nas considerações que vamos fazer a seguir e deverá estar sempre (e permanecer depois) na mente do leitor: porque neste lugar vamos tratar, sobretudo, de *como se usam palavras para servir conveniências*. (Saramago 1990: 46, grifos nossos)

Surge, então, o real motivo, que é a adequação das palavras para mascarar ou maquiagem uma ideologia. E o cronista se propõe a despir os discursos de seus “panos quentes” e exibir ao leitor, por meio da exposição de argumentos, as figuras ocultas que conseguiu visualizar, em meio aos eventos diários e declarações proferidas pelo governo e governantes. Saramago torna-se analista político à procura de eco, ou melhor, reverberação em seus leitores. A maneira encontrada nas crônicas saramaguianas é refletir o rosto esquivo da hipocrisia política em espelho crítico ou vê-lo através de lentes que querem ver em profundidade. José Saramago efetiva análises de modo similar a, cem anos antes, Eça de Queirós e Ramalho Ortigão em *As Farpas* (1946): “Na epiderme de cada fato contemporâneo cravaremos uma farpa.



Apenas a porção de ferro estritamente indispensável para deixar pendente um sinal!" (Queirós 1946: 15). Mas, ao mesmo passo que há as similitudes entre os cronistas, há também as diferenças históricas, com Saramago tendo de "deixar um sinal" de modo mais contido, com ironias mais esguias e redobrada atenção às palavras empregadas, pois a censura ainda persistia com aura repressora nos veículos de comunicação.

A ideia das lentes também está presente no comentário de Thana Mara de Souza (2008) sobre a obra de Sartre: "A palavra aqui é um instrumento, um vidro que nosso olhar deve atravessar – e de tal modo que depois nem mesmo nos lembremos que havia um vidro ali. É a ideia que deve prevalecer, e não a palavra que designa tal ideia; é o sentido do livro que deve permanecer no leitor." (Souza 2008: 49). Os argumentos sociais de Saramago querem-se modificadores de opinião, querem apresentar outros prismas para a realidade, ou ao menos, uma observação mais detalhada de acontecimentos rodeados por uma aparente capa de trivialidade.

Segundo o conceito de Isabel Moutinho (1999), José Saramago, "Como escritor que se assume empenhado, não renuncia à responsabilidade de pelo menos passar o testemunho e não deixar cair tais injustiças sociais no esquecimento. A crônica de José Saramago vai-se então definindo, sem grandes alardes, como gesto de intervenção." (Moutinho 1999: 81). E a defesa de uma interpretação, que se desvia da alienação diante dos atos políticos, tem vital importância na produção do autor, pois é por meio dela que intervém e mostra ao leitor uma maneira de melhor analisar os acontecimentos. Vem, então, o que motivou a crônica, uma afirmação do secretário de Estado da Informação, sobre a elaboração do Estatuto da Imprensa:

[...] a iniciativa enquadra-se não já apenas no sentido da *descompressão* dos direitos e garantias individuais, mas nos domínios da juridicidade quanto à expressão pela Imprensa, apontando ou implicando uma tendência ou opção liberalizadora – sem deixar de ter em conta as legítimas precedências do interesse público e as exigências da conjuntura nacional, designadamente as que decorrem da necessidade e moral da Nação. (Saramago 1990: 46)

A citação, embora longa, recorta o fragmento que, para o cronista, merece atenção mais pormenorizada. É recorte a ser dissecado quase à maneira científica, de modo a extrair das palavras aquilo que repousa ocultamente em seus meandros. E assim a crônica vem, resgatando do caldo político a porção insípida, de não fácil digestão, e subindo ao patamar de texto crítico. A crônica política de Saramago quer-se inconformista, quer-se revisionista, como Eduardo Portella (1986) discorre: "Sob o registro poético, ou sob o matizado alcance irônico, propaga-se o desmascaramento das relações autoritárias, das formas de vida que a perversidade da Razão desdobrou a pretexto da urbanização ou da modernização" (Portella 1986: 11). A poesia dessas crônicas está no lapidar constante dos discursos (próprios ou alheios) em busca da chave que permite acesso às ideologias. A ironia, no maceramento das palavras, separando e expondo justamente os carunchos que se misturam às intenções primeiras. Desse modo, unindo a construção verbal, a retórica, com as nuances de várias figuras de linguagem e estilo, o cronista desmascara os pretextos e volteios dados em tão proceloso período histórico.

Por isso, comentando na sequência a citação empregada, o editorial do *DL* (em que Saramago escreve-se como um “nós”, pois era uma dentre outras vozes que compunham o corpo do jornal e publicavam anonimamente) aponta: “Note-se a laboriosa construção da frase, constantemente acautelada, temendo afirmar de mais e deixando, por isso mesmo, a margem necessária a possíveis retificações posteriores.” (Saramago 1990: 46). Principia-se, então, na crônica, uma dupla via de exercícios de retórica: o primeiro, de rebuscamento, presente na citação do secretário, e o segundo, de examinação, presente na crônica. Os desvios são estendidos e fragmentados, como meio de maior destaque à determinada parcela proferida na citação, pois o cronista prossegue: “São exemplos desta prudência as parênteses verbais ‘apontando ou implicando’ e ‘tendência ou opção’” (Saramago 1990: 47). Assim, como se pode perceber no contexto da frase: “apontando ou implicando uma tendência ou opção liberalizadora”, a relativização do discurso, repleto de caminhos falsos, tenta tecer comentário sobre a liberdade de Imprensa, deixando abertas, como o cronista captou, possíveis preenchimentos posteriores. Há grande diferença entre apontar e implicar, se o primeiro apenas indicaria, o segundo já se mescla a uma exigência. São duas vias distintas, uma nevoenta, outra mais precisa. E de se chegar a quê? Novamente a duas possibilidades: uma tendência ou uma opção para a liberdade, ou seja, uma disposição ou uma alternativa, a primeira mais volátil, a segunda mais direta. Assim, na análise da frase está explícita a própria ideologia do governo marcelista, com a aproximação de antíteses e contrários, indicando dois trajetos, para não desagradar a nenhum dos caminhantes.

Mas o caminhante-Saramago, tomando a si o papel de questionador das questões concernentes ao espaço social, expressa-se muito mais como escritor engajado do que propriamente político. Isso se deve ao fato de, segundo a terminologia sartriana: “A política é uma forma de engajamento, mas não necessariamente aquela que tomará em todos os casos. O engajamento é mais uma maneira de ser em uma direção social, humana, e de lhe dar um sentido” (Sartre *apud* Souza 2008: 47-8). José Saramago é filiado ao Partido Comunista Português, compartilha de suas ideologias, mas estabelece delimitações, como ele mesmo propõe: “Eu não separo a condição do escritor da do cidadão, embora separe, sim, a condição do escritor da de militante político” (Saramago *apud* Reis 1998: 54). Sendo cidadão, o cronista procura analisar a sociedade de modo que ela progrida, ao menos aos olhos dele, e isso se tornaria prejudicial caso a obra estivesse indissolúvelmente ligada apenas à causa comunista. Por isso, o cronista não pretende doutrinar o leitor, ensiná-lo referente ao que seria “certo”, mas sim apresentar apontamentos próprios para defender a respectiva posição e persuadi-lo, por intermédio da linguagem criada. E um dos mecanismos é não os expor prontamente, recorrendo à anáfora, permeando toda a crônica, para, aos poucos, construindo o argumento, e reter a atenção do leitor.

É o que se nota, por exemplo, do prosseguimento da fala sobre a citação do secretário, a qual possui, para o cronista, um “tom geral que parece comprazer-se numa espécie de casuística notarial, manifestada com uma constância significativa na maioria dos textos e dos discursos oficiais.”. Ao valer desse caso como aplicação em maior escala, o cronista conclui a primeira incursão sobre o discurso do secretário: “No domínio da linguagem governamental vivemos uma época que lembra

irresistivelmente a dos *barrocos seiscentistas...*" (Saramago 1990: 46-7, grifos nossos). A multiplicação de termos e ressalvas da citação é comparada pelo autor ao rebuscamento verbal do cultismo barroco, em que a forma tende a sobrepesar-se ao conteúdo. E, como antídoto, o cronista Saramago torna-se conceptista (algo a se refletir em toda a produção futura), ao estabelecer nos textos jogos de ideias, tratadas em linguagem racional, pontuados por vários contrários observáveis, tanto de natureza hierárquico-política quanto cultural (conhecimento e ignorância). A ironia presente no trecho surge para vilipendiar o excesso verborrágico que acomete a esfera política, da mesma maneira que chamar o público à atenção desse aspecto.

Por meio das crônicas políticas retêm-se alguns elementos do contexto social da primavera marcelista, do ruir de cartas do Estado Novo que aguardava apenas um sopro final para desmantelá-lo. Se Marcelo Caetano não possuía o carisma, nem o respaldo da igreja e do exército, que possuía seu antecessor, tentava manter o discurso de melhoria do país. Inclusive, adotou nova metodologia para calcular o valor do PIB, praticamente dobrando-o desde a posse. Mas tudo isso eram somente máscaras, pois, efetivamente, "o impulso do comércio externo, (...) o aumento das remessas dos emigrantes e o investimento estrangeiro foram os fatores da mudança" (Teixeira 2008: 37). Desse modo, os pronunciamentos sobre liberalização, o progresso português, estavam sendo tratados de maneira eufemística. José Saramago, como membro do *DL*, procurava desnudar essa suavização, o enaltecimento de desvio, para expor visão mais racional e segura da realidade. Como István Mészáros (2006) alerta:

Do mesmo modo que a alienação não é um *ato único*, seu oposto, a superação da atividade alienada por meio da iniciativa autoconsciente, só pode ser concebido como um *processo* complexo de *interação*, que produz mudanças *estruturais* em *todas* as partes da totalidade humana. (Mészáros 2006: 167)

O envolvimento do cronista com a política, comentários que vão, justamente, descortinar pronunciamentos, notícias e declarações das esferas dirigentes, têm o papel de inserir, de modo gradual, os leitores nos questionamentos acerca de soluções e mudanças necessárias. A interação do leitor é o ponto almejado pelo cronista. Para isso, constrói, nos textos políticos, análises sobre o correr dos casos na chamada "demagogia liberalizante" de Marcelo Caetano. É esta a ação contida na crônica censurada "O eufemismo como política": denunciar o jogo de palavras usado pela política para suavizar os aspectos negativos do governo. Por isso, exemplifica com a citação empregada e, em aparente diálogo com o leitor, retoricamente questiona e responde à pergunta derivada do título: "Mas onde está, afinal, o eufemismo? O eufemismo encontra-se sublinhado (e não por nós) na palavra *descompressão* (dos direitos e garantias individuais)" (Saramago 1990: 47). As jogadas efetuadas pelo enxadrista Saramago, com as peças dos discursos políticos proferidos, acabam pondo a nu as táticas do governo, as características fundamentais, segundo José Manuel Mendes, da "nova *official way of politics*: o eufemismo e a demagogia." (Mendes 1975: 268). Os desvios, que a política daquele período cria, têm como intuito prolongar a alienação de uma população já borbulhante com ares revolucionários; e



as palavras usadas tornam-se verdadeiras barreiras que impedem o entendimento pleno da situação. José Saramago intenta espreitar entre as brechas do muro demagogo, bem como possibilitar acesso para que outros também observem o descoberto. Como Thana Mara de Souza aponta, sobre o processo de engajamento em Sartre: “A palavra tem o poder de tornar o ato falado um ato refletido: se, antes de ser dito, o ato podia passar despercebido, após ser mostrado, nomeado, é preciso assumi-lo, reconhecê-lo ou mudá-lo” (Souza 2008: 50) A partir daquela única palavra (*descompressão*), sublinhada pelo próprio secretário, o cronista quer transpor o significado primário e localizado e atingir reflexão mais abrangente, mais contextualizada àquele termo. Com o resgate feito e apresentado, há a possibilidade de que o público-leitor, bem como os emissores do discurso, assumam-no, reconheçam-no e, por consequência, mudem-no.

Mesmo não tendo sido essa a situação real, uma vez que a crônica foi vetada pela censura, Saramago continua a construção de um diálogo retórico na análise de tão famigerado vocábulo: “É certo que significando a palavra *descompressão* ‘a diminuição de pressão exercida sobre qualquer coisa’, sempre se poderia afirmar que a palavra exprime rigorosamente o conceito, não havendo, portanto, eufemismo...” (Saramago 1990: 47). Usa essa outra voz, de um antagonista que poderia refutar as ideias defendidas no texto, para que a sua própria adquira maior legitimidade, maior força no combate ideológico. Pois logo em seguida às reticências da frase anterior (funcionando como corte daquele discurso), o cronista rebate:

Contudo, uma vez que a situação afirmadamente anterior (a de *compressão*) muito melhor se exprimiria por qualquer sinônimo, como, por exemplo, *opressão*, *sufocação*, *abafamento*, *constrangimento*, é na escolha deliberada do termo mais inócuo, daquele que menos conotações comporta, que se encontra o eufemismo (Saramago 1990: 47, grifos nossos)

Surge então, após o processo longo, porém seguro, a exposição de real entendimento do que foi dito, sem as impurezas eufemísticas em torno. O uso de termo tão brando como *compressão*, ao invés dos sinônimos sugeridos pelo cronista, acaba pintando um quadro diverso do que o efetivamente vivido pelo contexto histórico português. Os direitos e garantias dos indivíduos estavam subordinados aos interesses da PIDE, do salazarismo e do Estado Novo, três nomes para a mesma supressão das liberdades. Como Álvaro Cunhal, um dos principais nomes do PCP e da oposição ao regime de Salazar-Caetano, aponta: “A ausência das liberdades, a repressão, o terror, eram as armas usadas pelos monopólios e agrários para obrigar o povo a submeter-se à sua exploração e ao seu domínio” (Cunhal 1994: 73). Mas as armas estavam se deteriorando, e o governo passou a usar escudos verbais como forma de defender-se de possíveis investidas da oposição, que se fortalecia, e do próprio povo, que principiava a se questionar sobre os rumos de Portugal.

José Saramago, nas crônicas políticas, tenta dar a perceber o poder que os discursos têm de usar a maleabilidade das palavras para moldar interpretações. O escritor constrói jogos de ideias também, nos textos, entre o que foi dito e feito por outros e as consequências. Algo semelhante às operações que Mikhail Bakhtin, em

“Discurso de outrem”, chamaria de *réplica interior* e *comentário efetivo* (Bakhtin 1995: 148). O discurso recebido pelo cronista é internalizado e um processo gradual de apreensão, compreensão e apreciação passa a vigorar. É o resultado dessa ação que se concretiza na crônica. E as operações supracitadas são apresentadas ao leitor, sendo o comentário efetivo produzido no texto (atendendo às linguagens possíveis dentro do contexto histórico) e a réplica interior os caminhos sugeridos no decorrer (os quais podem ser entrevistados pelo leitor).

Em “O eufemismo como política”, o comentário está expresso desde o título, mas há uma réplica igualmente importante, que é a questão da escolha da linguagem. O cronista Saramago extrai das pequenas ações cotidianas fragmentos de descobertas sociais em potencial, isto é, atenta para o detalhe do discurso, a expressão sintetizadora, e cria a argumentação. Assim, a crônica ataca a relativização, um novo abrandamento da linguagem empregada: “Há-de isto parecer a muita gente puro jogo vocabular, simples questão de palavras. Mas muito se enganará quem o pense. *A escolha da linguagem nunca é inocente*” (Saramago 1990: 47) [grifos nossos]. A frase que atualmente pode se considerar quase um truísmo, no Portugal do final da década de 1960 era uma verdade subversiva e incômoda. Outro motivo, talvez, para que a crônica não tenha sido publicada. Mas a ideia presente no fragmento, das intenções que emanam na linguagem, fora apresentada também por Jean-Paul Sartre, para quem “Falar é agir; uma coisa nomeada não é mais inteiramente a mesma, perdeu a sua inocência. Nomeando a conduta de um indivíduo, nós a revelamos a ele; ele se vê. E como ao mesmo tempo a nomeamos para todos os outros, no momento em que ele se *vê*, sabe que está *sendo visto*” (Sartre 1989: 20) [sublinhados nossos]. A utilização da palavra *inocência* em ambos os autores serve para desvencilhar-se da superficialidade do conhecimento político. Para um indivíduo tornar-se engajado e conhecedor do respectivo papel social, há a necessidade de não ser inocente diante do mundo e da linguagem. E a visão estabelecida, no caso da crônica, foi a queda da máscara eufemística, a revelação, ou pelo menos, a constatação do papel “compressivo” do governo feito contra o indivíduo. A ideia sartriana do *sendo visto* também adquire aqui conotação mais ampla, pois, mesmo os leitores efetivos do *DL*, e do editorial, representando apenas pequena parcela da população total, ainda assim seriam cidadãos que possuiriam uma alternativa de encarar as falas e ações políticas.

Em relação ao caso da escolha linguística do secretário de Estado da Informação, o cronista observa que: “pretendeu-se aparar as asperezas, amortecer o choque, fazer esquecer que muito mais do que de compressão, se tratava de constrangimento, ou abafamento, ou sufocação, ou opressão, tudo situações radicalmente negativas, sem equívoco possível...” (Saramago 1990: 47). José Saramago produz, estilisticamente, um texto conceptista, com recursos como anáforas e epífrases, de que um exemplo é a técnica de *versus rapportati* (Ávila 1971: 07), em que a frase se rearranja com os termos usados anteriormente, no período, postos em ordem inversa. Desse modo, o comentário feito pelo cronista parece prolongar-se no texto, assemelhando-se a eco que se quer bater e tornar, não querendo que se finde: *descompressão, sufocação, abafamento, opressão*. Todas as palavras, com as cargas ideológicas que podem conter e lançar, são jogadas (no



sentido de jogo) tendo como meta uma mais nítida visão das peças e dos participantes, por parte do leitor.

Como Maria Alzira Seixo concebe: “Nas *Opiniões*, Saramago manifesta as interrogações e perplexidades a que podia ter direito a condicionada liberdade de expressão dos tempos do caetanismo” (Seixo 1999: 17). É com base nessa diretriz que questões como a emigração dos portugueses, além de debates sobre a cultura e a sociedade, pontuam as crônicas políticas do período marcelista, comentando os temas possíveis e deixando várias pistas para outras ideias a serem recolhidas no caminho. É o que José Saramago faz no parágrafo final da crônica sobre o eufemismo. Após esmiuçar os sentidos da *descompressão*, o cronista apresenta ao leitor uma revelação final: “Não obstante, e apesar de todos os rodeios de estilo, fez-se uma confissão: a de que os direitos e as garantias individuais dos portugueses se encontravam *comprimidos*” (Saramago 1990: 47). Assim, dando voltas aos rodeios estilísticos da declaração do secretário, é escancarada a “confissão” do governo, de que havia compressão. Deste modo, o cronista expõe o rosto feio que se ocultava atrás de um discurso esquivo. Se nas crônicas presentes nos primeiros livros de Saramago havia um discurso literário mais proeminente, uma maior liberdade de orientações e enfoques de outros discursos, bem como acesso a um sem-número de sutilezas estilísticas, nas crônicas políticas, usando da terminologia bakhtiniana, há um discurso retórico que,

diferentemente do discurso literário, pela própria natureza da sua orientação, não é tão livre na sua maneira de tratar as palavras de outrem. Ele tem, de forma inerente, um sentimento agudo dos direitos de propriedade da palavra e uma preocupação exagerada com a autenticidade. (Bakhtin 1995: 153).

As tentativas da crônica política saramaguiana vão no sentido de manusear os discursos do outro, dos políticos, para comprovar o próprio argumento. A preocupação com a autenticidade, como Bakhtin a entende, em Saramago aproxima-se menos dos direitos a que os emissores possuem do que dos deveres que advêm dessas declarações.

O processo lógico no encadeamento de ideias faz com que, ao final da crônica, o leitor perceba que, entre as falas e ações políticas do governo, outros sentidos se conflitam. Eis que o cronista chega a síntese sobre a confissão feita: “Todos o sabíamos já, mas igualmente sabíamos quão minuciosamente nos era explicado que essa compressão não o era tal, mas simples subordinação dos interesses particulares ao interesse geral” (Saramago 1990: 47). A voz que se pronuncia na crônica é um “nós”, pois quer-se como representando a coletividade portuguesa, e é à coletividade de Portugal que se pede uma justificativa mais retida sobre o que o governo entende por *compressão* e *subordinação*, bem como por *interesse particular* e *interesse geral*. Assim, a contestação a que a crônica se propõe, disposta em porcelana retórica e fazendo uso de ironias, faz dela um gênero propenso ao engajamento do leitor. Como Eduardo Portella conceitua: “O humor [da crônica] se expande em luta cerrada contra a opressão – diz o interdito, mesmo correndo o risco de ser interditado” (Portella 1986: 10). No caso das *Opiniões*, em que os interditos eram muitos, bem

como os interditados, os jogos da linguagem tinham de sobressair-se à triagem da censura, dessa forma, crônicas como “Enfim, esclarecidos!”, “Abrir e fechar parêntesis” ou “Fazer política, ou fazer políticos?” são exemplos de como a ironia, a metalinguagem e os paralelismos funcionam como ações de desvendamento, de como as figuras de linguagem assumem o papel de ferramentas de análise social. Como Sartre sintetiza o objetivo da literatura - “o escritor decidiu desvendar o mundo e especialmente o homem para os outros homens, a fim de que estes assumam em face do objeto, assim posto a nu, a sua inteira responsabilidade” (Sartre 1989: 21). As crônicas políticas de José Saramago, por esse prisma, inserem-se no fazer literário, pelo teor de responsabilidades, pelo tratamento da linguagem e pela carga de conscientização humana. Servindo-se de acontecimentos datados e inseridos em um contexto histórico, essas crônicas refletem a importância de uma postura racional e crítica diante dos fatos.

No fim da crônica, Saramago contrapõe a ideia do interesse particular e do público: “Assim se prolongam sujeições de toda a ordem e continuam a invocar-se ‘as legítimas precedências do interesse público’, o que, afinal, não passa, em muitos casos, de outro eufemismo...” (Saramago 1990: 47). Ao criar forma de referência a vários outros discursos e ações, a máscara das “legítimas precedências do interesse público” quer ocultar os interesses particulares das esferas situacionistas, e eis que o cronista aponta o caminho para outro eufemismo, a ser encetado pelo leitor, que preencherá as reticências deixadas pelo autor. Assim sendo, segundo Antonio Candido, “A crônica se torna linguagem comunicativa e o autor nos exprime ao se exprimir” (Candido 2002: 210), ou seja, o cronista deflagra questionamentos, inicia posicionamento crítico, apresenta ao leitor visões que havia vislumbrado, mas não interpretado, de um modo mais amplo. O seu papel é, então, o de servir de intermediário das palavras, de colhê-las nos discursos presentes na sociedade e apresentar ao leitor a sua interpretação dos fatos, aprimorando as leituras possíveis.

## JOSE SARAMAGO'S CHRONICLES: A CONTRARY VOICE TO A BAD SEED OF WORDS

**Abstract:** In the chronicles of the Portuguese writer José Saramago, exists a trial to comprehend the world through the word. Working as an interpretation bridge between the reader and the social and political speeches, the chronicler unravels the said structures, to encounter the underground messages only suggested. Thus, taking as an example the chronicle “O eufemismo como política”, it will be observed the saramaguian form of rhetorical analysis, seeking for a conscious taking and a critical reading.

**Keywords:** José Saramago; chronicle; rhetoric; politic.

## REFERÊNCIAS

ÁVILA, Affonso. António Vieira e o 'usar bem do jogo'. In: *Revista Colóquio/Letras*. Ensaio, n. 4, Dez. 1971, p. 5-17.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1995.

CANDIDO, Antonio. Dois cronistas. In: *Textos de intervenção*. São Paulo: Duas Cidades, 2002.

CUNHAL, Álvaro. *A revolução portuguesa – o passado e o futuro*. Lisboa: Editorial "Avante!", 1994.

GRAMSCI, Antonio. *Literatura e vida nacional*. Trad: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MENDES, José Manuel. *Por uma literatura de combate*. Lisboa: Bertrand, 1975.

MÉSZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. Trad: Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

MOUTINHO, Isabel. A crônica segundo José Saramago. In: *Colóquio/Letras*, n. 151/152 (José Saramago: o ano de 1998), Janeiro-Junho, 1999, p. 81-91.

PORTELLA, Eduardo. A crônica brasileira da modernidade. In: *Ensaio: Crônica, teatro e crítica*, vol. I. 2ª Bienal Nestlé de Literatura Brasileira. São Paulo: Norte Editora, 1986.

QUEIRÓS, Eça de. *Uma campanha alegre*, vol. 1. Porto: Lello & Irmão, 1946.

REIS, Carlos. *Diálogos com José Saramago*. Lisboa: Caminho, 1998.

SARAIVA, José Hermano. *História de Portugal*. Sintra: Alfa, 1993.

SARAMAGO, José. *Os apontamentos*. Lisboa: Editorial Caminho, 1990.

\_\_\_\_\_. Ler. Disponível em: <<http://caderno.josesaramago.org/34877.html>>, acesso em 06/02/2013.

SARTRE, Jean-Paul. *Que é a literatura?* Trad: Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Editora Ática, 1989.

SEIXO, Maria Alzira. *Lugares da ficção em José Saramago*. Lisboa: IN-CM, 1999.



SOUZA, Thana Mara de. *Sartre e a literatura engajada: Espelho crítico e consciência infeliz*. São Paulo: EDUSP, 2008.

TEIXEIRA, Clara. O milagre português. In: *Visão História. A queda de Salazar e a "primavera marcelista"*. Paço de Arcos: Edimpresa. Julho 2008, n. 2, p. 35-7.

---

**ARTIGO RECEBIDO EM 26/02/2013 E APROVADO EM 08/04/2013**